

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

TIPO DE DOCUMENTO: Ata Deliberativa de Reunião

EVENTO: 24ª Reunião da CECA/Sema&Ipaam

DATA: 28/11/2019 (Quinta-Feira)

HORÁRIO: 14:15 às 16:35

LOCAL: Sala de Reunião do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – DEMUC/SEMA.

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES: Representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM e Fundação Amazonas Sustentável – FAS.

TEMA CENTRAL: Atividade de apreciação, inclusão, exclusão, alteração e aprovação de conteúdo e de texto da VERSÃO 2.0 da Minuta de Projeto de Lei Complementar Estadual nº. xxxx, de xx de xxx de 2019, que instituirá a Compensação Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação - CABUC para as atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental; criará a Câmara Estadual de Compensação Ambiental, e, alterará os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº. 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC.

PARTICIPANTES: Membros da CECA/Sema&Ipaam, nomeados pela Portaria SEMA nº. 108/2019, assinada em 21/10/2019 e publicada no D.O.E. nº. 34.112, Ano CXXVI, em 23/10/2019 na Seção Publicações Diversas, p. 01 e 02, que determina atividades prioritárias a serem realizadas e designa servidores públicos a fazerem parte do quadro de membros da Câmara (Lista de Presença com a assinatura dos participantes da reunião em anexo).

BASE LEGAL: O art. 36 da Lei Federal nº. 9.985/2000-SNUC e art. 53 da Lei Complementar Estadual nº. 53/2007-SEUC: criam a obrigatoriedade da Compensação por Significativo Impacto Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação – CA/SNUC-SEUC aos empreendimentos considerados pelo órgão ambiental licenciador como: i) de significativo impacto ambiental; e, ii) com Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA.

DELIBERAÇÕES:

ANÁLISE 01: Foi analisada a sugestão do DEMUC/Sema para destinação da Compensação Ambiental do Terminal Portuário Novo Remanso, constante no Processo nº. 0699/2018-SEMA. Foi contextualizado que o recurso compensatório calculado do Terminal Portuário Novo Remanso é de R\$ \$ 2.629.586,70, cuja atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E perfaz o valor de R\$ 2.855.696,97, com o incremento de R\$ 226.110,27. O período de atualização monetária compreende o intervalo de tempo entre a fixação da compensação ambiental que ocorreu no dia 06/07/2016 com a expedição da Licença Prévia - LP nº. 023/16- IPAAM e a data de 30/09/2019 correspondente à última periodicidade do IPCA-E (Quadro 01).

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

Quadro 01 – Compensação Ambiental do Terminal Portuário Novo Remanso

Empreendimento	Terminal Portuário Novo Remanso	
Processo de Licenciamento Ambiental	1972/2013-IPAAM	
Processo de Compensação Ambiental	0699/2018-SEMA	
Cobrança do Cumprimento da Compensação Ambiental	Alínea "u" da Condicionante 07 da Licença Prévia - LP nº. 023/16- IPAAM, de 06/07/2016	
	Condicionante nº. 16 da Licença de Instalação - LI nº. 040/17-IPAAM, de 27/04/2017	
Momento da fixação da compensação ambiental pelo órgão licenciador	Expedição da Licença Prévia - LP nº. 023/16- IPAAM, de 06/07/2016	
Data da fixação da compensação ambiental pelo órgão licenciador	06/07/2016	
Identificação do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA	Ainda não celebrado	
Grau de Impacto	0,5%	
Valor de Referência (R\$)	R\$ 525.917.339,48	
Compensação Ambiental (R\$)	R\$ 2.629.586,70	
Recurso de Compensação Ambiental destinado à UC Estadual (R\$)	R\$ 2.629.586,70	
Índice de atualização monetária	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E	
Última periodicidade com a atualização do índice – IPCA-E	30/09/2019	
Período de atualização monetária	06/07/2016 até 30/09/2019	
Atualização Financeira – IPCA-E (06/07/2016 até 30/09/2019) R\$	R\$ 226.110,27	
Recurso Compensatório Total à UC Estadual (Valor Calculado + Atualização Monetária) R\$	R\$ 2.855.696,97	
Atualização Monetária - IPCA-E		
ITEM	VALOR	DATA
Compensação Ambiental	R\$ 2.629.586,70	04/11/2019
IPCA-E - CA Valor Atual	R\$ 2.855.696,97	30/09/2019
Valor do Incremento	R\$ 226.110,27	30/09/2019

O DEMUC/Sema apresentou a proposta de destinação para beneficiar 06 (seis) unidades de conservação estaduais, sendo 04 (quatro) Áreas de Proteção Ambiental – APA contempladas

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

com 70% do recurso compensatório, 01 Reserva Biológica – REBIO com 15% da compensação e 01 Parque Estadual – PAREST também com 15% do recurso (Quadro 02). Para a APA Caverna do Maroaga foi previsto 20% do recurso compensatório, assim como, foi previsto o mesmo percentual para a APA Puduari-Solimões (20%). As outras unidades de conservação estaduais escolhidas pelo DEMUC foram contempladas cada uma com 15% da compensação, tais como as APA Aturiá-Apuazinho (15%) e Taruma-Açú/Tarumã-Mirim (15%), REBIO Morro dos Seis Lagos (15%) e PAREST Serra do Aracá (15%).

Quadro 02 - Destinação, repartição e atualização do recurso compensatório do Terminal Portuário Novo Remanso

DESTINAÇÃO		REPARTIÇÃO	VALOR CALCULADO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (R\$)	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		
		Divisão compensatória		Documento/Data da fixação compensatória: Licença de Instalação - LI nº. 040/17-IPAAM em 27/04/2017		
				Última data de atualização do IPCA-E no Banco Central: 30/09/2019		
				Período de atualização: 27/04/2017 a 30/09/2019		
Unidade de Conservação – UC beneficiada	Esfera de Gestão	% Repartição		Índice de Atualização	Incremento Financeiro (R\$)	Atualização do Valor (R\$)
APA Caverna do Maroaga	Estadual	20%	525.917,34	IPCA-E	45.222,05	571.139,39
APA Puduari-Solimões	Estadual	20%	525.917,34	IPCA-E	45.222,05	571.139,39
APA Aturiá-Apuauzinho	Estadual	15%	394.438,01	IPCA-E	33.916,54	428.354,55
APA Tarumã-Açú/Tarumã-Mirim	Estadual	15%	394.438,01	IPCA-E	33.916,54	428.354,55
REBIO Morro dos Seis Lagos	Estadual	15%	394.438,01	IPCA-E	33.916,54	428.354,55
PAREST Serra do Aracá	Estadual	15%	394.438,01	IPCA-E	33.916,54	428.354,55
TOTAL do Recurso compensatório		100%	2.629.586,70	-	226.110,27	2.855.696,97

DELIBERAÇÃO 01: Os membros da CECA/Sema&Ipaam aprovaram por unanimidade as unidades de conservação estaduais indicadas pelo órgão gestor e a proposta de distribuição do recurso compensatório do Terminal Portuário Novo Remanso. Em seguida, os membros da CECA/Sema&Ipaam elaboraram e aprovaram as atividades prioritárias para a aplicação do recurso nas unidades de conservação eleitas como destinatárias da compensação ambiental (Quadro 03). Ficando assim aprovado a aplicação do recurso compensatório: APA Caverna do Maroaga (20%) - Reunião de Conselho, Fiscalização, sinalização, consultoria de ordenamento de uso público e cadeias produtivas; APA Puduari-Solimões (20%) - Elaboração do Plano de Gestão, reunião de conselho, sinalização, Fiscalização, consultoria de ordenamento de uso público e

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

cadeias produtivas; APA Aturiá-Apuazinho (15%) - Elaboração do Plano de Gestão, reunião de conselho, sinalização, Fiscalização, consultoria para fomento das cadeias produtivas; APA Taruma-Açú/Tarumã-Mirim (15%) - Elaboração do Plano de Gestão, reunião de conselho, sinalização, Fiscalização, consultoria para fomento ao ordenamento do uso público; REBIO Morro dos Seis Lagos (15%) - Elaboração do Plano de Gestão, reunião de conselho, sinalização, consultoria para fomento ao ordenamento do uso público; e, PAREST Serra do Aracá (15%) - Elaboração do Plano de Gestão, reunião de conselho, sinalização, consultoria para fomento ao ordenamento do uso público.

Quadro 03 – Atividades prioritárias para aplicação do recurso compensatório do Terminal Portuário Novo Remanso

Unidade de Conservação – UC beneficiada	Compensação Calculada (R\$)	Compensação Atualizada (R\$)	Atividades
APA Caverna do Maroaga	525.917,34	571.139,39	Reunião de Conselho, Fiscalização, sinalização, consultoria de ordenamento de uso público e cadeias produtivas.
APA Puduari-Solimões	525.917,34	571.139,39	Elaboração do Plano de Gestão, reunião de conselho, sinalização, Fiscalização, consultoria de ordenamento de uso público e cadeias produtivas.
APA Aturiá-Apuazinho	394.438,01	428.354,55	Elaboração do Plano de Gestão, reunião de conselho, sinalização, Fiscalização, consultoria para fomento das cadeias produtivas.
APA Tarumã-Açú / Tarumã-Mirim	394.438,01	428.354,55	Elaboração do Plano de Gestão, reunião de conselho, sinalização, Fiscalização, consultoria para fomento ao ordenamento do uso público.
REBIO Morro dos Seis Lagos	394.438,01	428.354,55	Elaboração do Plano de Gestão, reunião de conselho, sinalização, consultoria para fomento ao ordenamento do uso público.
PAREST Serra do Aracá	394.438,01	428.354,55	Elaboração do Plano de Gestão, reunião de conselho, sinalização, consultoria para fomento ao ordenamento do uso público.
Total	2.629.586,70	2.855.696,97	-

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

ANÁLISE 02: Foi realizada análise técnica do Processo nº. 0207/2014 - SEMA referente à Mitigação Ambiental da Avenida das Torres - Trecho II para o Parque Estadual – PAREST Sumaúma, cujo processo de licenciamento é o Processo nº 1291/T/2011 – IPAAM (Quadro 04). Foi previsto o aporte de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) como mitigação ambiental da Avenida das Torres - Trecho II para o PAREST Sumaúma, porém até o ano de 2019 foi repassado pelo empreendedor apenas o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), que foi aplicado no Programa de Operacionalização do Plano de Trabalho, especificamente na promoção de adequações físicas e paisagísticas do referido PAREST. Resta ainda a ser repassado o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), que contemplará os programas de conhecimento (R\$ 300.000,00), uso Público (R\$ 605.000,00), Manejo do Meio Ambiente (R\$ 125.000,00), Proteção da UC (R\$ 600.000,00), Apoio as Comunidades (R\$ 1.245.000,00) e o completará o de Operacionalização (R\$ 1.245.000,00).

Quadro 04 – Mitigação Ambiental da Avenida das Torres - Trecho II para o Parque Estadual – PAREST Sumaúma

Empreendimento:	Avenida das Torres - Trecho II (AV. Timbiras à Rua Curió)		
Processo de Licenciamento Ambiental:	Processo nº 1291/T/2011 - IPAAM		
Processo de Mitigação Ambiental:	Processo nº 0207/2014 - SEMA		
Unidade de Conservação - UC beneficiada:	Parque Estadual - PAREST Sumaúma		
MEDIDAS MITIGADORAS DE IMPACTOS AMBIENTAIS			
PLANILHA DE GASTOS			
PROGRAMA DE GESTÃO	VALOR (R\$)	EXECUTADO (R\$)	A EXECUTAR (R\$)
Programa de conhecimento	300.000,00	0,00	300.000,00
Programa de uso Público	605.000,00	0,00	605.000,00
Programa de Manejo do Meio Ambiente	125.000,00	0,00	125.000,00
Programa de Proteção da UC	600.000,00	0,00	600.000,00
Programa de Apoio as Comunidades	125.000,00	0,00	125.000,00
Programa de Operacionalização*	3.245.000,00	2.000.000,00	1.245.000,00
TOTAL DA MITIGAÇÃO AMBIENTAL	5.000.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00
*O valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) foi destinado à elaboração de NAD, com o objetivo de promover adequações físicas e paisagísticas no PAREST Sumaúma no Município de Manaus-AM.			

DELIBERAÇÃO 02: Deliberou-se que deve haver a expedição de Parecer Técnico contendo a medição dos programas já executados e a executar, discriminando as atividades já realizadas no

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

âmbito da mitigação ambiental da Avenida das Torres - Trecho II para o PAREST Sumaúma constante no Processo nº. 0207/2014 – SEMA. Esse processo deve ser encaminhado pela SEMA formalmente ao IPAAM com as especificações necessárias que atendam o não cumprimento, cabendo a aludida Autarquia estadual ambiental providenciar notificação ao empreendedor para cumprimento da obrigação mitigadora.

ANÁLISE 03: Foi analisada a versão 2.0 da minuta da proposta de Lei Complementar Estadual que regula no Estado do Amazonas a obrigação da Compensação por Significativo Impacto Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação, ou simplesmente Compensação Ambiental, Cria a Câmara Estadual de Compensação Ambiental, e, Altera os artigos 53 e 54 da Lei Complementar nº. 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). O procedimento adotado para a referida análise na reunião foi a leitura sucinta do conteúdo do arquivo no formato word editável, sendo realizadas discussões com a aprovação ou inclusão, exclusão e alteração de conteúdo no texto.

DELIBERAÇÃO 03: Adotou-se a denominação de Compensação por Significativo Impacto Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação para designar essa modalidade compensatória obrigatória por lei.

DELIBERAÇÃO 04: Estabeleceu-se que a compensação ambiental reúne tanto recursos financeiros quanto operacionais.

DELIBERAÇÃO 05: Ponderou-se que não há necessidade da interveniência da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA na celebração dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, uma vez que, seguindo o modelo federal, o TCCA é um instrumento jurídico do órgão gestor da unidade de conservação beneficiada pela compensação ambiental junto ao empreendedor, por meio do qual se endossa o cumprimento da obrigação. Desta forma, a relação da CECA é diretamente com órgão gestor de unidade conservação na cobrança e análise da prestação de contas da aplicação dos recursos.

DELIBERAÇÃO 06: Determinou-se que o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA deverá prever mecanismo de atualização dos valores dos desembolsos (§3º do art. 5º da Resolução CONAMA nº. 371/2006).

DELIBERAÇÃO 07: Em vez de Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA optou-se por manter a denominação de Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA.

DELIBERAÇÃO 08: Decidiu-se por manter a mesma redação do § 1º do art. 36 da Lei Federal nº. 9.985/2000, de 18/07/2000 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm), com a indicação da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº. 3.378-6/2004-STF, de 16/12/2004 (<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2262000>), no inciso I da Lei Complementar Estadual nº. 053/2007, de 05/06/2007 “I - O montante de recursos a ser

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior à meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento; (Vide ADIN nº 3.378-6, de 2008)”.

DELIBERAÇÃO 09: Decidiu-se que quaisquer categorias de unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável poderão ser eleitas como destinatárias de compensação ambiental independente que sejam ou não de posse e domínio públicos.

DELIBERAÇÃO 10: Optou-se pela geração de Termo de Compromisso específico para o cumprimento da compensação ambiental para cada trecho, etapa ou fase da atividade ou empreendimento, independente da divisão ou não do processo de licenciamento ou das licenças ambientais.

DELIBERAÇÃO 11: Decidiu-se que não cabe a CECA a elaboração e celebração de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, cabendo essa competência unicamente do órgão gestor de unidades de conservação.

DELIBERAÇÃO 12: Deve constar no Processo de Compensação Ambiental o Parecer Técnico do Órgão Gestor contendo a sugestão das unidades de conservação a serem contempladas, a divisão dos valores por unidade e as atividades a serem executadas.

DELIBERAÇÃO 13: Ponderou-se que não há necessidade do órgão ambiental licenciador encaminhar todo o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos aptos ao cumprimento de compensação ambiental, bastando serem encaminhados os documentos pertinentes tais como licenças ambientais, pareceres técnicos, notificações, planos e programas do EIA-RIMA que fundamentem a compensação ambiental.

DELIBERAÇÃO 14: Foram aprovadas três propostas aditivas do DEMUC/Sema de atividades prioritárias para a aplicação dos recursos compensatórios vinculadas a atender necessidades estruturais e de manutenção imediatas para a gestão das unidades de conservação, sendo elas: Realização de campanhas de comunicação, visando educação ambiental e dar publicidade aos objetivos das Unidades de Conservação para a sociedade – DEMUC/SEMA; Implantação de infraestruturas físicas e bases de apoio para viabilizar a gestão das Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA; e, Manutenção das instalações físicas necessárias à gestão das Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA. Teve o entendimento que o recurso compensatório deve atender as necessidades de gestão das unidades de conservação. As atividades prioritárias foram aprovadas para toda e qualquer unidade de conservação, independente do grupo de manejo (proteção integral ou uso sustentável) e se posse ou domínio público ou não.

DELIBERAÇÃO 15: Decidiu-se que o recurso de compensação ambiental pode ser parcelado até 04 (quatro) vezes, não podendo ter intervalo superior a 03 (três) meses.

DELIBERAÇÃO 16: Aprovou-se que o não cumprimento do recolhimento das parcelas previstas nos prazos estabelecidos se sujeita a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sem prejuízo

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

das demais penalidades previstas no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental pela SELIC e multa de 2%.

DELIBERAÇÃO 17: Decidiu-se que será constituído pelo órgão gestor de unidade de conservação um Fundo Privado para receber, gerir e integralizar os recursos de compensação ambiental no Estado do Amazonas, por meio do qual empreendedor fica autorizado a depositar o montante calculado e devidamente atualizado. O Fundo Privado Estadual de Compensação Ambiental será o mecanismo operacional e financeiro a ser implementado pelo órgão gestor de unidade de conservação para viabilizar, gerir, operacionalizar e centralizar a execução conjunta de obrigações de diversos empreendedores, objetivando ganho de escala, de sinergia e de eficiência na destinação, aplicação, operacionalização e prestação de contas do resultado finalístico e físico-financeiro dos recursos compensatórios nas Unidades de Conservação instituídas, geridas ou a serem criadas pelo Estado do Amazonas. Optou-se por autorizar o órgão gestor de unidade de conservação a selecionar entidade executiva, mediante a licitação ou chamamento público, para criar e administrar Fundo Privado Estadual de Compensação Ambiental e seu mecanismo operacional. Para tanto, adotou-se a íntegra do texto do art. 1º da Lei Federal nº 13.668/2019, de 28/05/2018 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13668.htm), que acrescentou o art. 14-A e 14-B na Lei Federal nº. 11.516/2007, de 28/08/2007, consorciado com a legislação do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº. 6572/2013, de 31/10/2013 - Dispõe sobre a Compensação devida pelo empreendedor responsável por atividade de significativo impacto ambiental no Estado do Rio de Janeiro, institui a Contribuição por Serviços Ecossistêmicos nos termos da Lei Federal nº. 9.985/00 e dá outras providências (<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/8de374a0e01bad2583257c1a0060b529?OpenDocument>), alterada pela Lei Estadual nº. 7061/2015, de 25/09/2015 - altera as Leis nº 6.572, de 31 de outubro de 2013 e nº 6.371/2012, de 27 de dezembro de 2012 e dá outras providências (<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/0d689f7cbd71a52083257ecf00616fb8?OpenDocument>).

DELIBERAÇÃO 18: Acrescentou-se que as entidades, instituições ou organizações contratadas, credenciadas, conveniadas ou parceiras junto ao órgão gestor de unidade de conservação para gerenciamento, integralização ou execução de recursos de compensação ambiental que não executarem as atividades previstas no PECA serão penalizadas conforme a legislação vigente e também ficarão impedidas de receber por oito anos recursos compensatórios.

DELIBERAÇÃO 19: Adotou-se o texto do art. 1º da Lei Federal nº. 13.668/2018, de 28/05/2018, que acrescentou o art. 14-B na Lei Federal nº. 11.516/2007, de 28/08/2007, estabelecendo que os valores devidos a título de compensação ambiental, nos termos do art. 36 da Lei Federal nº 9.985/2000, de 18/07/2000, serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E a partir da data de fixação da compensação ambiental pelo órgão licenciador, e que o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA deverá prever

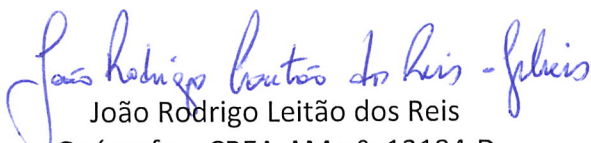
CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

mecanismo de atualização dos valores dos desembolsos (§3º do art. 5º da Resolução CONAMA nº. 371/2006). Dessa forma, decidiu-se que os valores devidos a título de compensação ambiental serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) a partir da data de fixação da compensação ambiental pelo órgão licenciador até a data da sua efetiva quitação ou celebração do termo de compromisso acordado entre empreendedor e o órgão gestor de unidade de conservação.

A Lista de Presença encontra-se anexada a esta ata deliberativa de reunião.

É o que tenho a relatar, conforme acordado pelos presentes na 24ª Reunião da CECA/Sema&Ipaam, pessoas físicas, servidores públicos da SEMA e IPAAM nomeados pela Portaria SEMA nº. 108/2019, de 23/10/2019, constantes na Lista de Presença anexada.

Manaus, 02 de dezembro de 2019



João Rodrigo Leitão dos Reis
Geógrafo – CREA-AM nº. 13184-D
Consultor Técnico SEMA/FAS
Relator da Reunião Técnica

De Acordo,



Christina Fischer
Presidente da Câmara Estadual de
Compensação Ambiental – CECA/Sema&Ipaam
Portaria SEMA nº. 108/2019

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam
REUNIÃO TÉCNICA
LISTA DE PRESENÇA

DATA: 28/11/2019

HORÁRIO: 14:00 às 16:30

LOCAL: Sala de Reunião do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA.

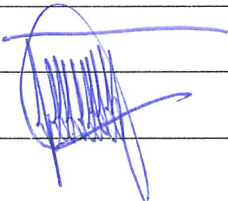
ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES: Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM e Fundação Amazonas Sustentável – FAS.

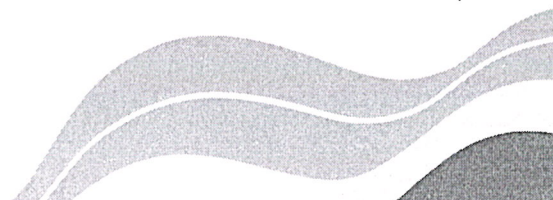
TEMA CENTRAL: Atividade de apreciação, inclusão, exclusão, alteração e aprovação de conteúdo e de texto da VERSÃO 2.0 da Minuta de Projeto de Lei Complementar Estadual nº. xxxx, de xx de xxx de 2019, que instituirá a Compensação Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação - CABUC para as atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental; criará a Câmara Estadual de Compensação Ambiental, e, alterará os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº. 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC.

MODERADOR(A)/RELATOR(A): João Rodrigo Leitão dos Reis – Consultor Técnico SEMA/FAS

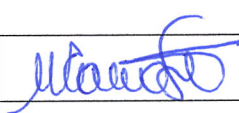


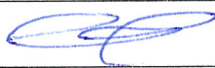
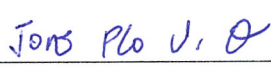

LISTA DE PRESENÇA:

- **Membros da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA**, nomeados pela Portaria SEMA nº. 108/2019, de 23/10/2019, que determina atividades prioritárias a serem realizadas e designa servidores públicos a fazerem parte do quadro de membros da CECA.

Membros		Matrícula	Assinatura/Rubrica
REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA:			
1	Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental - SEAGA/SEMA:		
Titular	Christina Fischer	155.631-2C	
Suplente	Kleber Augusto Bechara de Oliveira	248.110-3A	
2	Assessoria Jurídica – ASSJUR/SEMA:		
Titular	Fabília Arruda Moreira Amazonas	232.608-6A	
Suplente	Lucas Augusto dos Santos Braga	235.368-7D	
3	Setor de Criação e Gestão de Unidades de Conservação:		
Titular	Gilmar José de Oliveira Souza	198.329-6D	 20/11/2019
Suplente	Ana Cláudia da Costa Leitão	198.967-7C	

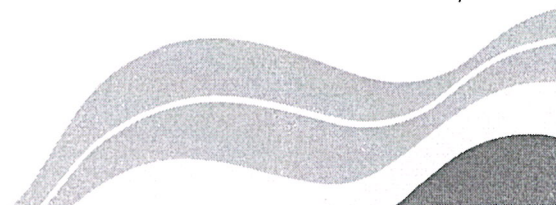


CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam
REUNIÃO TÉCNICA
LISTA DE PRESENÇA

Membros		Matrícula	Assinatura/Rubrica
REPRESENTANTES DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM:			
1	Diretoria Técnica:		
Titular	Maria do Carmo Neve dos Santos	012.618-7E	
Suplente	Wanderléia Holanda S. Nascimento	103.144-9B	
2	Diretoria Jurídica:		
Titular	Karen Rosendo de Almeida Leite Rodrigues	248.406-4B	
Suplente	Camila Cordeiro Batista	003388	
3	Setor de Licenciamento Ambiental de Grandes Obras:		
Titular	João Paulo Vieira de Oliveira	160.257-8A	
Suplente	Francisca Rosivana Campos Pereira	118.087-8E	

- Demais partes interessadas no corpo de servidores da SEMA e IPAAM:

Nº.	Nome Completo	Organização	Contato Telefônico	E-mail
1.	João Rodrigo Coutinho dos Reis	SEMA/FAS	(92) 99220-9093	jrreis@gmail.com
2.	Thalme Alves de Almeida	SEMA/Ipaam	(92) 993829381	thalmea@gmail.com
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				



24ª Reunião CECA/Sema&Ipaam – 28/11/2019

MINUTA

LEI COMPLEMENTAR Nº. XXXX, DE XX DE XXX DE 2019

VERSÃO 2.0

Institui a Compensação Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação (CABUC) para as atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental; cria a Câmara Estadual de Compensação Ambiental, e, altera os artigos 53 e 54 da Lei Complementar nº. 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

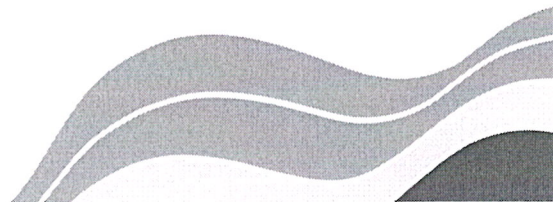
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei institui a obrigatoriedade Compensação por significativo impacto ambiental Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação (CABUC) para as atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental que ~~possuam EIA~~ que requeiram Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA, assim considerado pelo órgão ambiental licenciador no Estado do Amazonas.

Art. 2º. A Política do Estado do Amazonas sobre Compensação por significativo impacto ambiental Ambiental – em Benefício de Unidades de Conservação observará os seguintes princípios:

I – Princípio da Prevenção: representado pelo conhecimento antecipado dos sérios danos que podem ser causados aos serviços ambientais em determinada situação e a adoção de providências para evitá-los, baseadas no nexo de causalidade cientificamente demonstrável entre uma ação e a concretização de prejuízos ao meio ambiente;

II - Princípio da Precaução: quando houver ameaças de danos sérios ou irreversíveis, considerando que a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental;



III – Princípio do Poluidor-Pagador: que visa a internalização dos custos, pelos agentes poluidores, das perdas ambientais geradas pela produção e pelo consumo na forma de degradação e de escasseamento dos produtos e serviços ambientais;

IV – Princípio do Desenvolvimento Sustentável: consubstanciado na adoção de incentivos aos provedores de serviços ambientais como uma ferramenta para a melhoria das condições econômicas e sociais das presentes e futuras gerações em harmonia com a conservação do meio ambiente.

Art. 3º. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - **Compensação Socioambiental**: instrumento de política pública que, intervindo junto aos agentes econômicos, proporciona a incorporação dos custos socioambientais da degradação gerada por determinadas atividades e empreendimentos, em seus custos globais, envolvendo as etapas da hierarquia da mitigação de impactos socioambientais negativos, assim como, as compensações adicionais específicas obrigatórias por lei ou por decisão judicial;

II - **Hierarquia da Mitigação de Impactos Negativos**: mecanismo metodológico estruturado em forma de escala aplicado com o propósito de mitigar impactos socioambientais negativos, consistindo nas etapas de evitar, minimizar, restaurar, reduzir/eliminar e compensar:

a) **Evitar**: Evitar completamente o impacto não realizando uma determinada ação ou partes dela, a partir da escolha da melhor alternativa locacional, adequada mensuração e planejamento do uso dos recursos naturais e de medidas da conservação da biodiversidade;

b) **Minimizar**: Limitar o grau e a magnitude de uma ação e sua implementação, conforme as condicionantes específicas para cada etapa de implantação da atividade ou empreendimento;

c) **Restaurar**: Reparar, reabilitar ou retificar o ambiente afetado pelo impacto negativo;

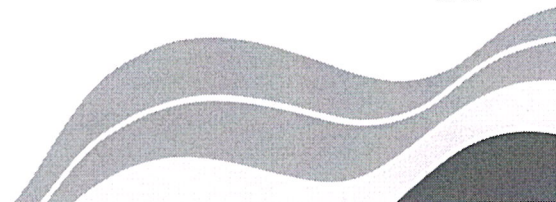
d) **Reduzir ou eliminar**: Medidas adotadas para redução ou eliminação de impactos negativos a serem empregadas ao longo do tempo por operações de manutenção e preservação durante o ciclo de vida da atividade ou empreendimento;

e) **Compensar**: Providenciar recursos financeiros e operacionais ou ambientes substitutos aos locais impactados irreversivelmente, subdividindo-se em compensação de impactos ou contrabalanços de biodiversidade.

III - **Compensação Ambiental**: é a última etapa da hierarquia da mitigação de impactos socioambientais negativos, sendo o mecanismo de compensar ou contrabalançar os danos não mitigáveis e irreversíveis sobre os recursos, produtos e serviços socioambientais de destinação coletiva, ocasionados pela implantação e operação de megaempreendimentos;

IV - **Compensações de impactos não mitigáveis**: ressarcimento ao dano ambiental financeira ou operacionalmente, independente da equivalência ecológica com o local afetado;

V - **Contrabalanços de biodiversidade de impactos não mitigáveis**: ações de recuperação de áreas degradadas, proteção ambiental ou conservação da biodiversidade em locais equivalentes às áreas afetadas pelo dano ambiental;



VI - Compensação por significativo impacto ambiental~~Ambiental~~ em Benefício de Unidades de Conservação: é uma modalidade específica de compensações de impactos socioambientais negativos, prevista no ordenamento jurídico brasileiro pelo art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, às atividades e aos empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental pelo órgão ambiental licenciador, a partir da análise do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA e da determinação do grau de impacto ambiental;

VII - Significativo impacto ambiental: nível do potencial e magnitude de impacto socioambiental negativo, avaliado e determinado pelo órgão ambiental licenciador, conforme o perfil e os aspectos técnicos de engenharia das atividades e empreendimentos em licenciamento ambiental, que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos reversíveis ou irreversíveis aos recursos naturais;

VIII - Poluição Ambiental: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

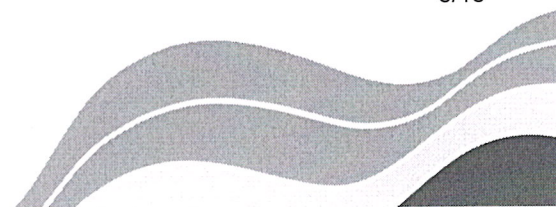
IX – Estudos Ambientais: São estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação, ampliação e desativação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsidio para análise da licença ambiental requerida, e exigidos no processo de licenciamento ambiental em função do seu efetivo ou potencial grau de impacto, elaborado por profissional habilitado;

X - Grau de Impacto Ambiental: a unidade de medida dos impactos negativos não mitigáveis, obtida pelo somatório dos pontos pertinentes aos indicadores ambientais de cada componente da matriz de impacto avaliada no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA, por meio de aplicação de metodologia específica;

XI – Indicadores Ambientais: os parâmetros quantificáveis da amplitude dos impactos negativos não mitigáveis de um empreendimento, definidos em pontos percentuais, que integram os componentes considerados para o estabelecimento do grau de impacto;

XII – Parecer de Gradação de Impactos Negativos: documento de caráter técnico, elaborado por equipe multidisciplinar, resultante da análise de estudos ambientais e teor contido no Processo de Licenciamento Ambiental, determinando, a partir da metodologia de cálculo, o percentual da Compensação Ambiental;

XIII - Custos Totais previstos para Implantação da Atividade ou Empreendimento: somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais;



XIV - Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA: instrumento com força de título executivo extrajudicial, assinado entre os Órgãos Gestores de Unidades de Conservação, e o Empreendedor, ~~com a interveniência da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA,~~ que estabelece as obrigações, valor do recurso, atualização financeira, prazos e demais informações pertinentes, para o cumprimento do Plano de Execução de Compensação Ambiental - PECA, devendo ser assinado antes da concessão da Licença de Operação – LO, e para empreendimentos sem a obrigatoriedade desta, na emissão da Licença de Instalação - LI;

XV - Termo de Quitação de Compensação Ambiental – TQCA: emitido pela Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, ao Empreendedor, com a finalidade de comprovar quitação dos recursos de compensação ambiental;

XVI – Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA: documento elaborado pelo Órgão Gestor da Unidade de Conservação Federal, Estadual ou Municipal, pública ou privada, contemplada com recurso de compensação ambiental, discriminando um conjunto de metas, etapas e insumos/tarefas, detalhando as atividades e ações técnicas com seu respectivo plano de aplicação e cronograma físico-financeiro, decorrentes da proposta de aplicação dos recursos de compensação ambiental de cada empreendimento;

XVII – Projetos Estruturantes: são ações que atendam um conjunto de UC diretamente ou não afetadas pela atividade e empreendimento, assim como, promovam apoio na elaboração de planos e programas voltados a proteção e conservação ambiental nos municípios contemplados por unidades, com o objetivo de implementação do SEUC.

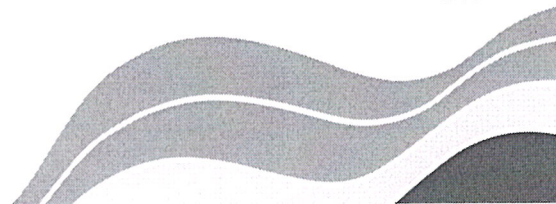
Art. 4º. Os arts. 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a criação, implantação e manutenção de ~~uma~~ Unidade de ~~Conservação de~~ Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

Sugestão 1 – Manter o inciso I como está no SNUC

I - O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior à meio por cento (0,5%) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento; (Vide ADIN nº 3.378-6, de 2008)

Sugestão 2 – Tornar a redação do Inciso I genérica



~~I - O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade, será calculado de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo objeto do licenciamento ambiental a partir dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador;~~

II - O órgão gestor da política estadual de meio ambiente, referente a gestão de Unidade de Conservação, compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, ainda que não tenham sido criadas pelo Estado, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA, a manifestação dos demais órgãos gestores e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 1º. Quando o empreendimento afetar direta ou indiretamente unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do Órgão Gestor de Unidade de Conservação, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo, salvo se houver consideração da existência de outras unidades com necessidades prioritárias em relação à unidade afetada.

§ 2º. A obrigação de que trata o *caput* deste artigo poderá, em virtude do interesse público, ser cumprida em unidades de conservação ~~de posse e domínio públicos~~ do grupo de Uso Sustentável.

§ 3º. A solicitação de licenciamento ambiental em Unidade de Conservação e Zona de Amortecimento deve ser dirigida ao Órgão Ambiental competente, que a fará instruir com manifestação do Órgão Gestor de Unidade de Conservação.

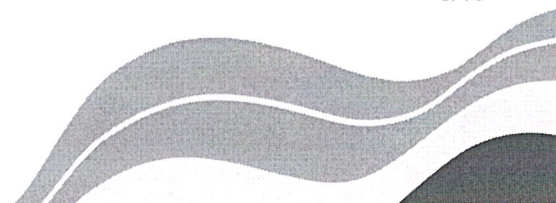
§ 4º. Concluído o procedimento de licenciamento ambiental, o Órgão Ambiental competente comunicará o resultado ao Órgão Gestor de Unidade de Conservação para acompanhamento e monitoramento das compensações socioambientais definidas para a unidade de conservação afetada.

Art. 54. Para os fins de fixação e cálculo da compensação ambiental de que trata essa Lei, o órgão ambiental licenciador estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos sobre o meio ambiente.

§ 1º. O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo.

§ 2º. O cálculo deverá conter os indicadores do impacto gerado pelo empreendimento e das características do ambiente a ser impactado.

§ 3º. Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental



para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

§ 4º. A compensação ambiental deverá incidir sobre cada trecho, etapa ou fase, naqueles empreendimentos em que for emitida a licença de instalação por trecho, etapa ou fase.

& 5º. Será gerado Termo de Compromisso específico para o cumprimento da compensação ambiental para cada trecho, etapa ou fase da atividade ou empreendimento, independente da divisão ou não do processo de licenciamento ou das licenças ambientais.

§ 6º. Os custos referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados e justificados pelo empreendedor e aprovados pelo órgão ambiental licenciador.”

CAPÍTULO II

DA CÂMARA TÉCNICA-ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CTECA

Art. 5º. Fica criada a Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, vinculada ao órgão ambiental competente, colegiado multidisciplinar de natureza técnico-científica e deliberativa, com a finalidade de acompanhar, monitorar e deliberar sobre implementação da obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental no Estado do Amazonas, e também, acompanhar as atividades decorrentes de sua execução, sugerindo medidas que visem adequá-las periodicamente.

Art. 6º. Compete a Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA:

I – Instruir o Processo de Compensação Ambiental - PCA, que será realizado mediante análise do Processo de Licenciamento Ambiental do Empreendimento indicado pelo Órgão Ambiental Licenciador;

II – Se manifestar sobre a destinação da compensação ambiental junto ao órgão gestor de unidades de conservação;

III – Referendar a repartição do recurso de compensação ambiental entre as unidades de conservação eleitas como destinatárias pelo órgão gestor de unidade de conservação;

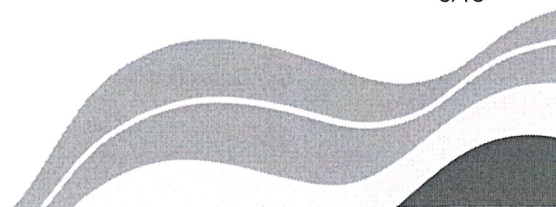
IV – Referendar a modalidade de cumprimento da Compensação Ambiental escolhida pelo Empreendedor;

V – Analisar e aprovar os Planos de Execução de Compensação Ambiental - PECA apresentados pelos Órgãos Gestores de Unidades de Conservação;

VI – Analisar e aprovar os Planos de Execução de Compensação Ambiental - PECA específicos para a utilização dos eventuais recursos remanescentes e de aplicação financeira;

~~VII – Elaborar e celebrar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA;~~

VIII – Expedir o Termo de Quitação da Compensação Ambiental – TQCA;



IX - Encaminhar Nota Técnica ao Órgão Ambiental Licenciador atestando o cumprimento da compensação ambiental pelo Empreendedor;

X – Solicitar, analisar e aprovar o Relatório Técnico com os Resultados do Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA, expedido(s) pelo(s) Órgão(s) Gestor(es) de Unidade(s) de Conservação ou pelo(s) Empreendedor(es);

XI – Solicitar e aprovar o Relatório Físico-Financeiro da Prestação de Contas, expedido(s) pelo(s) Órgão(s) Gestor(es) de Unidade(s) de Conservação ou pelo(s) Empreendedor(es);

XII – efetuar e/ou incentivar discussões técnicas, capacitações e pesquisas sobre compensação e gradação de impacto ambiental para empreendimentos de grande porte no Estado do Amazonas;

XIII - Estabelecer procedimentos e critérios para implementação da Compensação Ambiental no Estado do Amazonas;

XIV – Constituir, monitorar e atualizar o banco de dados e matriz de controle e monitoramento das atividades e empreendimentos, licenciados e indicados pelo Órgão Ambiental Licenciador para a cobrança da Compensação Ambiental.

XV – respeitar as prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental para as Unidades de Conservação públicas e privadas, sejam federais, estaduais e municipais;

XVI - avaliar e auditar, periodicamente, a metodologia e os procedimentos de cálculo da compensação ambiental, de acordo com estudos ambientais realizados e grau de impacto definido;

XVII – Elaborar, alterar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 7º. A Câmara Técnica-Estadual de Compensação Ambiental – CTECA terá sua estrutura interna, colegiado, forma de funcionamento e procedimentos metodológicos disciplinados em norma específica no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

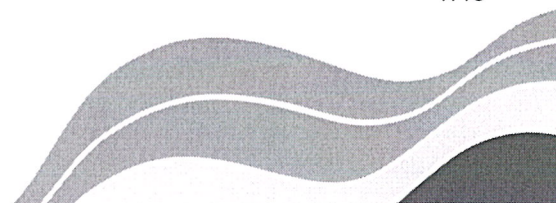
Parágrafo Único – O Regimento Interno deverá ser aprovado no prazo de 90 (noventa) dias

Art. 8º. Os Processos de Compensação Ambiental – PCA serão constituídos, minimamente, por:

I – Parecer Técnico sobre o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório - EIA/RIMA e Estudos Complementares solicitados pelo órgão licenciador;

II – Cópia das Licenças Ambientais;

III – Cópia do Componente referente à Compensação Ambiental, contida no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório - EIA/RIMA;



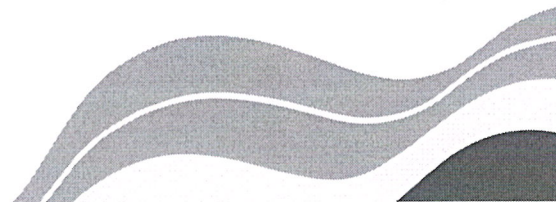
- IV – Declaração Custo Total de Implantação do Empreendimento emitida pelo Empreendedor;
- V – Parecer Técnico, emitido pelo Órgão Ambiental Licenciador, contendo o grau de impacto ambiental, bem como o cálculo dos valores ~~e a indicação das unidades de conservação destinatárias da Compensação Ambiental~~;
- VI – Parecer Técnico do Órgão gestor contendo a sugestão das unidades de conservação a serem contempladas, a divisão dos valores por unidade e as atividades a serem executadas;
- ~~VI~~ - Parecer Técnico, emitido pela Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, aprovando a forma de repartição do recurso de compensação entre as unidades de conservação eleitas como destinatárias;
- VII – Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA, expedido pelo Órgão Gestor de Unidade de Conservação;
- VIII – Parecer Técnico, emitido pela Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, aprovando o Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA;
- IX – Manifestação do Empreendedor com a Forma de Cumprimento da Compensação Ambiental;
- X – Manifestação, emitida pela Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, reconhecendo a forma de cumprimento da Compensação Ambiental;
- XI – Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA;
- XII – Termo de Quitação de Compensação Ambiental – TQCA;
- XIII – Relatório Técnico e prestação de conta parcial, com os Resultados do Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA, expedido pelo Órgão Gestor de Unidade de Conservação ou Empreendedor, os quais deverão ser apresentados anualmente;
- XIV – Relatório Físico-Financeiro da Prestação de Contas, expedido pelo Órgão Gestor de Unidade de Conservação ou Empreendedor.

Parágrafo único – Quando não houver Programa específico para a Compensação Ambiental no referido Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório - EIA/RIMA, caberá ao órgão gestor de Unidade de Conservação solicitar ao empreendedor sua elaboração.

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS NA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 9º. São sujeitos ao pagamento da Compensação Ambiental de que trata esta Lei, as pessoas físicas, jurídicas, públicas ou privadas responsáveis por empreendimentos ou atividades enquadradas pelo órgão ambiental licenciador competente, como efetivas ou potenciais



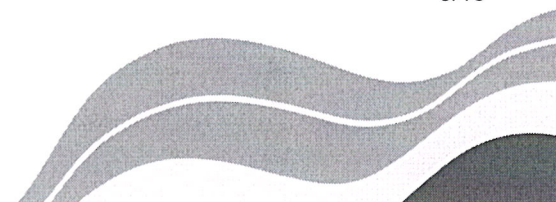
causadoras de significativo impacto ambiental não mitigável, com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório - EIA/RIMA.

Art. 10. Cabe ao Órgão Licenciador Ambiental:

- I – Encaminhar à Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA os processos, documentos do processo de licenciamento ambiental, passíveis a cobrança da compensação ambiental, para manifestação técnica, tais como licenças ambientais, pareceres técnicos, notificações, planos e programas do EIA-RIMA para compensação ambiental;
- II – Elaborar Parecer Técnico, contendo o grau de impacto ambiental adotado, bem como o cálculo dos valores;
- III – Efetuar notificações e comunicações aos empreendedores sobre a obrigatoriedade do cumprimento da compensação ambiental em benefício de unidade de conservação;
- IV - Incluir a condicionante de compensação ambiental nas licenças ambientais, sejam prévias, de instalação, de operação ou de desativação;
- V - Inclusão de tópico específico sobre a compensação ambiental no Termo de Referência – TR para a elaboração dos estudos ambientais pertinentes.

Art. 11. Os Órgãos Gestores de Unidades de Conservação destinatárias da Compensação Ambiental possuem as seguintes responsabilidades:

- I – Definir as unidades de conservação a serem contempladas pelo recurso de compensação ambiental;
- II – Determinar a divisão dos recursos de compensação ambiental entre as unidades de conservação a serem beneficiadas;
- III – Apresentar à Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, o Plano de Execução da Compensação Ambiental - PECA para cada unidade de conservação beneficiada;
- II – Solicitar à Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, autorização para a utilização dos eventuais recursos remanescentes e de aplicação financeira da compensação ambiental, com a apresentação de Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA específico;
- III – Eleger e detalhar as atividades a serem executadas com os recursos de compensação ambiental nas unidades de conservação, conforme as atividades priorizadas nesta Lei ~~Legislação vigente~~;
- VII – Elaborar e celebrar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA;



IV – Elaborar, coordenar e monitorar diretamente a execução dos Projetos Básicos, Termos de Referências e os Documentos necessários à contratação e execução dos serviços técnicos de consultoria especializada, infraestrutura ou aquisição de bens previstas nos Planos de Execução de Compensação Ambiental – PECA;

V – Arrecadar o recurso de compensação ambiental, quando couber;

VI – Assinar como proponente, o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA;

VII – Designar coordenador do respectivo Plano de Execução da Compensação Ambiental – PECA de cada unidade de conservação;

VIII – Elaborar Relatório Técnico anual contendo os resultados do Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA, quando for o caso;

IX – Monitorar, analisar e aprovar, em conjunto com a Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, as atividades e o relatório técnico de resultados e a prestação de contas do Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA executado diretamente pelo Empreendedor, ou por terceiros contratados por este, quando for o caso;

X – Analisar e aprovar, em conjunto com a Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, a prestação de contas físico-financeira do Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA expedida pela Entidade de Gerenciamento Financeiro, quando for o caso.

Art. 12. Ao Empreendedor caberá atender aos seguintes requisitos:

I - Apresentar ao Órgão Ambiental Licenciador a previsão do custo total da implantação do empreendimento, em moeda corrente nacional;

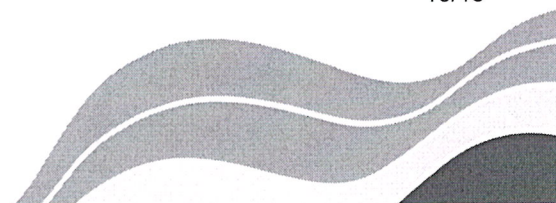
II - Escolher por livre iniciativa a forma de cumprimento da compensação ambiental;

III - Apresentar à Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, a forma de cumprimento da Compensação Ambiental:

a) Caso decida pelo repasse do recurso, deverá apresentar os comprovantes do depósito único ou das parcelas de pagamento junto a Entidade credenciada pelo Órgão Gestor de Unidade de Conservação para Gerenciamento Financeiro dos Recursos de Compensação Ambiental;

b) Caso opte pela contratação de terceiros deverá ser apresentado o Termo de Contrato e Orçamento para aprovação da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA e Órgão Gestor de Unidade de Conservação;

c) Caso execute o Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA diretamente, deverá apresentar o orçamento detalhado e a equipe responsável para aprovação da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA e Órgão Gestor de Unidade de Conservação;



d) Caso escolha a dação de bens móveis ou imóveis, deverá apresentar os documentos de registro da dação e autorização de uso exclusivo ao Órgão Gestor de Unidade de Conservação.

e) Se pessoa jurídica, encaminhar documentos do empreendimento (Cópia do CNPJ; da Inscrição Estadual; do Contrato Social, acompanhado da última alteração - se for o caso; da ata da assembleia constituinte, acompanhado da última alteração - se for o caso) e de seu representante legal (RG, CPF, Comprovante de Residência e do Cargo);

f) Se pessoa física, encaminhar os respectivos documentos pessoais (RG, CPF, Comprovante de Residência e da Atividade);

IV – Assinar junto aos Órgãos Gestores de Unidades de Conservação, o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA;

V – Receber da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, o Termo de Quitação da Compensação Ambiental – TQCA.

CAPÍTULO IV

DA FIXAÇÃO, CÁLCULO E COBRANÇA DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

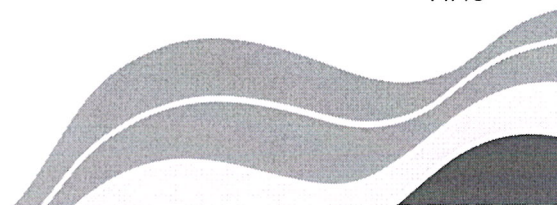
Art. 13. Nas atividades ou empreendimentos causadores de significativa degradação, licenciados com base em estudos ambientais, o valor da compensação ambiental será fixado e calculado no correspondente procedimento licenciatório pelo órgão ambiental licenciador, devendo, a graduação do percentual da compensação ambiental considerar o grau dos impactos gerados.

Parágrafo Único. Na valoração dos danos ambientais, órgão ambiental licenciador deverá quantificar os danos a partir da análise dos estudos ambientais ou de outros estudos complementares disponíveis, fundamentando sua análise com base em métodos de avaliação objetivos e reconhecidos, a ser regulamentado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 14. Para a gradação de impacto ambiental negativo e cálculo da compensação ambiental, será adotado pelo órgão ambiental licenciador metodologia de acordo com as especificidades biofísicas, socioambientais e biogeográficas dos ecossistemas do Estado do Amazonas.

Art. 15. O valor da compensação ambiental fica fixado em meio por cento (0,5%) dos custos previstos para a implantação do empreendimento até que o órgão ambiental licenciador estabeleça e publique metodologia para definição do grau de impacto ambiental.

Art. 16. A fixação e a cobrança da quitação da compensação ambiental deverá ser realizada pelo órgão ambiental licenciador ao empreendedor no momento da expedição da Licença de Instalação.



Art. 17. Aos empreendimentos que não tiveram a compensação ambiental definida na fase de licença prévia, terão o recurso compensatório estabelecido na fase de licenciamento em que se encontrarem, posterior à instituição da Lei Complementar nº. 53, de 05 de junho de 2007 – Sistema Estadual de Conservação da Natureza (SEUC).

Art. 18. Aos empreendimentos, públicos e privados, com compensação ambiental já definida e cobrada pelo órgão ambiental licenciador e órgão gestor de unidades de conservação, e que mesmo assim, se enquadrem como devedores do cumprimento da obrigação da compensação ambiental, deverá ser estabelecida entre as partes uma proposta de quitação para regularização ambiental, sendo condicionado o efetivo pagamento da dívida do montante compensatório ~~devido~~ à emissão de novas licenças ambientais à pessoa física ou jurídica responsável, independente do tipo licenciamento ambiental.

Art. 19. No caso de ampliação ou modificação de empreendimento já licenciado, o cálculo da compensação ambiental terá como base o valor total relativo à sua ampliação ou modificação.

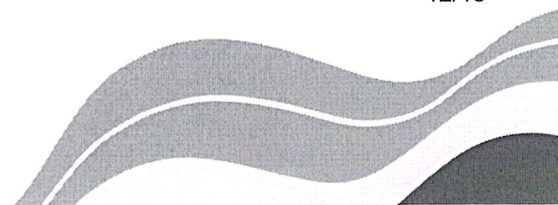
Art. 20. O empreendedor que deixar de cumprir compensação ambiental determinada por esta lei, na forma e no prazo exigidos pela autoridade ambiental, estará sujeito a multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a ser aplicada pelo órgão ambiental licenciador em favor da unidade de conservação beneficiada.

CAPÍTULO V

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 21. A aplicação dos recursos de compensação ambiental deve ocorrer considerando as necessidades de criação, ~~implantação~~, implementação, consolidação, manutenção e gestão integral e sistêmica das unidades de conservação, dentre a ordem de prioridades a seguir elencadas:

- I. Regularização fundiária e ambiental;
- II. Elaboração, revisão, implantação e gerenciamento do plano de gestão;
- III. Implementação dos programas de gestão;
- IV. Demarcação e sinalização dos limites geográficos das unidades de conservação;
- V. Atividades de proteção e fiscalização das unidades de conservação;
- VI. Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua zona de amortecimento;
- VII. Realização de campanhas de comunicação, visando educação ambiental e dar publicidade aos objetivos das Unidades de Conservação para a sociedade – DEMUC/SEMA;**
- VIII. Implantação de infraestruturas físicas e bases de apoio para viabilizar a gestão das Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA;**



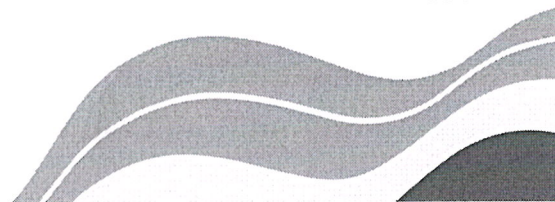
- IX. Manutenção das instalações físicas necessárias à gestão das Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA;
- X. Desenvolvimento de estudos necessários à criação de novas unidades de conservação;
- XI. Desenvolvimento de pesquisas e estudos socioambientais para a gestão da unidade de conservação e zona de amortecimento;
- XII. Apoio, estruturação e implementação do turismo e uso público nas Unidades de Conservação;
- XIII. Criação, implementação e operacionalização de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação;
- XIV. Fortalecimento da gestão organizacional nas Unidades de Conservação;
- XV. Apoio ao Fomento a Geração de renda nas Unidades de Conservação;
- XVI. Fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC;
- XVII. Apoiar as atividades que viabilizem a concessão de serviços em unidade de conservação.

Parágrafo Único. Serão também analisadas as atividades propostas que agreguem ações que beneficiem o conjunto de unidades de conservação de mesma esfera de gestão administrativa beneficiada pela compensação ambiental ou mesmo que contemple todo o sistema de unidades de conservação do ente.

~~Parágrafo único do art. 33 do Decreto Federal 4340/2002 (Analisar se fica ou não, pois trata-se de decreto federal, restringindo a aplicação em Unidades de Conservação quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público)~~

~~Art. 22. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável – RPDS, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:~~

- ~~I – Elaboração, revisão, implantação e gerenciamento de plano de gestão;~~
- ~~II – Atividades de proteção e fiscalização das unidades de conservação;~~
- ~~III – Realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade;~~
- ~~III – Implantação de programas de educação ambiental;~~
- ~~IV – Financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada;~~
- ~~V – Apoio a criação e implementação de conselhos gestores das unidades de conservação;~~



~~VI – Apoio, estruturação e implementação do turismo e uso público nas Unidades de Conservação;~~

~~VII – Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade.~~

CAPÍTULO VI

DO CUMPRIMENTO E QUITAÇÃO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 23. A critério do empreendedor, a execução das medidas de apoio para criação, implementação, consolidação, manutenção e gestão integral e sistêmica das unidades de conservação ~~à criação, implantação, implementação e consolidação de unidade de conservação~~ poderá ser feita:

I - diretamente pelo empreendedor, com a execução direta das atividades aprovadas;

II - por pessoa física ou jurídica por contratada pelo empreendedor, sendo de sua responsabilidade a respectiva terceirização, assim como, o monitoramento e prestação de contas do cumprimento das atividades;

III - dação de equipamentos e bens móveis ou imóveis, requisitados e aprovados pelo órgão gestor da unidade de conservação beneficiada;

IV - depósito de recursos da compensação ambiental em conta específica indicada pelo órgão gestor de unidade de conservação, em até ~~duas~~ quatro parcelas;

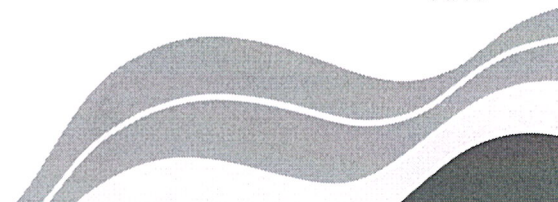
§ 1º. No caso de execução direta ou terceirizada do Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA pelo empreendedor, haverá expedição de aditivos de prazos ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA pelo tempo necessário para cumprimento das atividades. ~~AMARRAR ADMINISTRATIVAMENTE DR. LUCAS BRAGA~~

§ 2º. No caso do inciso III do *caput* deste artigo, poderá ser admitida como forma alternativa de cumprimento da compensação ambiental, a dação em pagamento de imóvel no interior de unidade de conservação, pendente ou não de regularização fundiária.

§ 3º. No caso de dação de equipamentos e bens móveis e imóvel pelo empreendedor, é necessária prévia avaliação e aprovação pelo Órgão Gestor de Unidade de Conservação.

§ 4º. Quando o empreendedor optar pela dação de equipamento ou bem móvel, cabe ao Órgão Gestor de Unidade de Conservação informar as especificações técnicas do equipamento e do bem móvel a ser adquirido pelo empreendedor no Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA, com a devida comprovação de sua entrega.

§ 5º. Quando da realização de depósito da compensação ambiental pelos empreendedores em contas governamentais indicadas pelos órgãos gestores de unidade de conservação, é facultado



à administração da Unidade de Conservação gerenciar diretamente, contratar pessoa jurídica ou conveniar com entidades parceiras, co-gestoras e/ou de gerenciamento financeiro para execução do Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA.

§ 6º. O recurso de compensação ambiental poderá ser gerido por entidade conveniada com o órgão gestor de unidade de conservação, devidamente identificada com os objetivos do projeto a ser executado, com capacidade de cumprir os objetivos específicos do projeto e com equipe especializada, sendo obrigatória a publicação anual de síntese do relatório de gestão e do balanço no Diário Oficial do Estado.

§ 7º. No caso do inciso IV do *caput* deste artigo, quando a unidade de conservação a ser beneficiada não estiver sob a administração do Estado, o empreendedor deverá repassar diretamente os recursos financeiros ao órgão gestor da unidade de conservação favorecida.

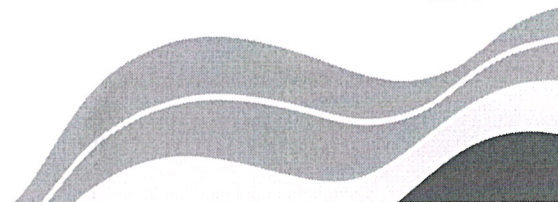
§ 8º. Quando houver parcelamento do pagamento da compensação ambiental pelos empreendedores, os depósitos ocorrerão:

- a) 30 (trinta) dias da concessão da Licença de Instalação (LI), quando a compensação ambiental for estabelecida como condicionante na fase de Licença Prévia (LP);
- b) 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Termo de Compromisso, quando a obrigatoriedade do cumprimento da compensação ambiental for estabelecida nas outras fases do licenciamento;
- c) O recolhimento das parcelas sucessivas se dará em períodos previstos no Termo de Compromisso, não podendo ter intervalo superior a 06-03 (três meses);
- d) O não cumprimento do recolhimento das parcelas previstas nos prazos estabelecidos sujeita-se a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sem prejuízo das demais penalidades previstas no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental pela SELIC, ESCOLHER ÍNDICE SE A “SELIC” OU “IPCA-E” PARA CASOS DE ATRASO NO DEPÓSITO e multa de 2%.

Art. 24. O depósito integral dos recursos compensação ambiental desonera o empreendedor da obrigação de que trata o artigo 1º desta lei e autoriza a quitação.

Art. 25. Alternativamente, poderá ser constituído um Fundo Privado de Compensação Ambiental a receber e integralizar os recursos compensatórios, por meio do qual será autorizado ao empreendedor depositar o montante calculado e atualizado.

Parágrafo Único – O Fundo Privado de Compensação Ambiental será o mecanismo operacional e financeiro a ser implementado pelo órgão gestor de unidade de conservação para viabilizar e centralizar a execução conjunta de obrigações de diversos empreendedores, objetivando ganho de escala, de sinergia e de eficiência no caso de na destinação e aplicação dos recursos nas de compensação ambiental às Unidades de Conservação instituídas, geridas ou a serem criadas pelo Estado, o empreendedor está autorizado a depositar o montante de recurso, à disposição de mecanismos operacionais e financeiros implementados pelo órgão gestor de unidade de



~~conservação para viabilizar e centralizar a execução conjunta de obrigações de diversos empreendedores, objetivando ganho de escala, de sinergia e de eficiência na proteção do meio ambiente.~~

Art. 26. Fica o órgão gestor de unidade de conservação ~~autorizada~~ a selecionar entidade executiva, mediante a licitação ou chamamento público, para criar e administrar fundo privado e seu mecanismo operacional, para integralização dos recursos oriundos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, e os arts. 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, destinados às unidades de conservação instituídas, geridas ou a serem criadas pelo Estado.

§ 1º A entidade executiva de que trata o *caput* deste artigo será responsável pela execução, direta ou indireta, e pela gestão centralizada dos recursos de compensação ambiental destinados às unidades de conservação instituídas, geridas ou a serem criadas pelo Estado e poderá, para a execução indireta, firmar contrato com outras entidades.

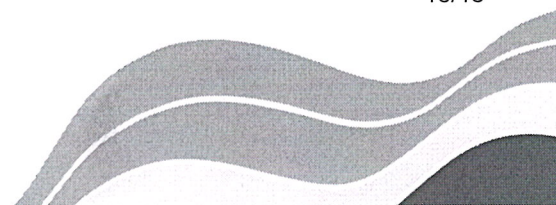
§ 2º. A entidade executiva de que trata o artigo 23, será escolhida através de processo seletivo orientado pelo art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB, devendo obrigatoriamente ser devidamente capacitada e identificada com os objetivos do projeto a ser executado, com equipe especializada, efetivo interesse público, considerando a natureza, relevância e valor de seu objeto, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observadas as diretrizes governamentais e obrigatoriedade de publicação anual da síntese do relatório de gestão e do balanço no Diário Oficial do Estado e na página da internet do Governo do Estado do Amazonas.

§ 3º. O mecanismo financeiro de gestão dos recursos de compensação ambiental poderá também ser gerido por instituição financeira a ser selecionada, por licitação, de acordo com critérios definidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, de modo a garantir, dentre outros condicionamentos, adequada remuneração dos valores aportados.

§ 4º. Adicionalmente aos critérios de habilitação de que trata a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Federal nº. 13.019/2014, no caso de seleção de instituição financeira, fica o órgão gestor de unidade de conservação autorizada, no certame licitatório, a incluir no edital, cláusula que permita a precificação atribuível ao potencial financeiro do estoque de recursos advindos na forma deste artigo.

§ 5º. A Câmara Técnica-Estadual de Compensação Ambiental - CTECA deliberará sobre os Planos de Execução de Compensação Ambiental - PECA a serem executados mediante o mecanismo operacional do Fundo Privado de Compensação Ambiental, cabendo ao Órgão Gestor de Unidade de Conservação autorizar os respectivos montantes a serem liberados pela entidade executiva gestora financeira.

§ 6º. No caso de repasse do recurso da Compensação Ambiental pelo Empreendedor ao mecanismo operacional do Fundo Privado de Compensação Ambiental, não haverá aditamento de prazo ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA.



§ 7º. As entidades selecionadas ficam autorizadas a promover as desapropriações dos imóveis privados indicados pelo órgão gestor de unidade de conservação que estejam inseridos na unidade de conservação destinatária dos recursos de compensação ambiental.

§ 8º O regulamento e o regimento interno do Fundo Privado de Compensação Ambiental observarão os critérios, as políticas e as diretrizes definidas em ato ~~da~~ do órgão gestor de unidade de conservação.

Art. Xx – As entidades, instituições ou organizações contratadas, credenciadas, conveniadas ou parceiras junto ao órgão gestor de unidade de conservação para gerenciamento, integralização ou execução de recursos de compensação ambiental que não executarem as atividades previstas no PECA serão penalizadas conforme a legislação vigente e também ficarão impedidas de receber por oito anos recursos compensatórios.

Art. 27. O rendimento da aplicação financeira do recurso de compensação ambiental deve ser aplicado no objeto do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA que o originou, com a elaboração de Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA específico.

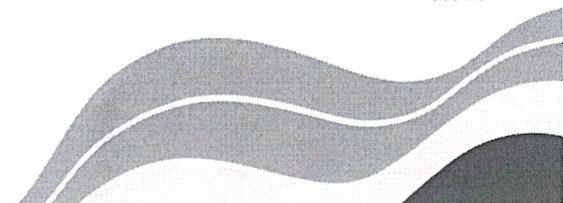
Art. 28. Quando forem aprovadas atividades de fiscalização ambiental em unidades de conservação contempladas pela compensação ambiental, o recurso será destinado diretamente ao órgão de fiscalização ambiental responsável.

Art. 29. Os valores devidos a título de compensação ambiental serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) a partir da data de fixação da compensação ambiental pelo órgão licenciador até a data da sua efetiva quitação ou celebração do termo de compromisso acordado entre empreendedor e o órgão gestor de unidade de conservação.

Parágrafo único – Para fins de atualização monetária, a fixação da compensação ambiental será a data da expedição da licença de instalação, mesmo se não constar a condicionante de compensação ambiental na respectiva licença.

Art. 30. O Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA deverá ser assinado na emissão da Licença de Instalação.

Parágrafo único. A obrigatoriedade da compensação ambiental somente será considerada atendida, após a comprovação do seu cumprimento pelo empreendedor e da emissão Termo de Quitação devidamente assinado entre as partes.



Art. 31. Em caso de não cumprimento das obrigações e prazos acordados no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA e expressos no Plano de Execução da Compensação Ambiental - PECA, caberá ao órgão gestor de unidade de conservação, por meio da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, e o órgão ambiental licenciador, se manifestar por meio de sanções administrativas e jurídicas vigentes na legislação, sem prejuízo das consequências explícitas no próprio Termo de Compromisso.

Art. 32. Os prazos para a execução das atividades discriminadas no Plano de Execução de Compensação Ambiental - PECA deverão prever o tempo médio necessário para se efetuar a elaboração dos Termos de Referência ou Projetos Básicos e, também, para realizar as contratações para execução dos serviços técnicos de consultoria especializada, infraestrutura ou aquisição de bens e demais serviços previstos.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Os documentos técnicos e atas de reunião da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA e demais decisões sobre a Compensação Ambiental deverão ser expostos sistematicamente no site institucional do órgão ambiental responsável.

Art. 34. Se dará publicidade do Processo de Compensação Ambiental – PCA e de suas referidas prestações de contas de resultados finalísticos e físico-financeiras, conforme legislação vigente.

Art. 35. Os casos omissos quanto à aplicação dos procedimentos relativos à compensação ambiental serão analisados pelo órgão competente.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Manaus (AM), em xx de xxxxxxxx de 2019

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas